

RECEP GM/MJ
02/018/96.2
01
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Jurisdicção in rem
ERIO LONGMAN
Esônias
ERGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ene...
Estado Pernambuco
Pessoas Naturais
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Mais, Simão não disse. Perguntado sobre a responsabilidade de Osvaldão, nada respondeu. O tempo passou. Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata".

Em 2003, na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, a deputada do PCdoB Jussara Cony participou do lançamento da obra *Para não esquecer o Araguaia – em memória do gaúcho Cilon*. O livro foi escrito pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria, Diorge Konrad, trazendo depoimentos da vereadora Tânia Leão, de São Sepé, autora da lei que deu o nome Cilon Cunha Brum a uma praça naquela cidade.



ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA (1943-1974)

Número do processo: 201/96

Filiação: Maria Jardilina da Costa e João Lino da Costa

Data e local de nascimento: 12/06/1943, Luís Correa (PI)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 05/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Piauiense de Luís Correia, no Delta do Parnaíba, estudava Astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando começou a participar ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Fez parte da do Diretório Acadêmico do Instituto de Física e foi membro do Conselho do Dormitório do Alojamento do "Fundão". Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança do regime militar. Optou pela militância política clandestina, quando já era militante do PCdoB. Mudou-se em 1970 para o Araguaia, fixando residência na localidade de Metade, onde era conhecido como Piauí. Foi o vice-comandante do Destacamento A e, após a morte de André Grabois, assumiu o comando.

Conforme já transcrito na apresentação do caso Hélio Luiz Navarro de Magalhães, o Relatório Arroyo registra a ocorrência de um choque armado em 14/01/1974, no qual três guerrilheiros conseguiram fugir, mas não se sabia o que acontecera com outros três: Piauí (Antônio de Pádua Costa), Beto (Lúcio Petit da Silva) e Antônio (Antônio Alfaiate).

No já mencionado relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, apresentado em janeiro de 2002, a informação é colidente com a da Marinha: "*Piauí: Antônio De Pádua Costa, foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base da Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe. Manoel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Piauí foi morto na Bacaba, assim como Duda e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou*".

O livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, vai na mesma direção: "*Piauí, um dos quadros mais qualificados do PCdoB, andou pelo mato por várias semanas, até que um menino que o acompanhava (cujo pai aderira à guerrilha e fora morto) resolveu levá-lo à casa de um tio. Estava faminto, seminu. Foi entregue à tropa, que o encapuzou, amarrou e levou para a Bacaba. O mateiro Peixinho acompanhou-o em cinco patrulhas na busca por depósitos de armas ou mantimentos. A princípio Piauí ia amarrado. Depois andava com a tropa. Um dia disseram ao mateiro que Piauí não o acompanharia mais*".

O livro de Hugo Studart informa que, no Dossiê Araguaia, a data apontada para a morte é 24/01/1974. O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, acrescenta detalhes sobre a vida e morte de Antônio de Pádua Costa no Araguaia: "*Moradores contam que em uma festa, em meados de 1973, Piauí dançou e namorou uma moça a noite inteira – sem tirar a arma das costas. Tinha temperamento alegre e brincalhão. Preso na casa do morador Antônio Almeida, foi obrigado a andar com o Exército diversas vezes pela mata, em busca dos depósitos de suprimentos. Levou os militares a esconderijos vazios. O ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, o Vanu, afirmou, em depoimento ao Ministério Público, tê-lo visto preso na base de Bacaba. Algum tempo depois, encontrou o corpo na mata, ao lado de outros dois guerrilheiros. Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra aparece dentro de*

um buraco do Vietnã. De acordo com a Marinha, Piauí foi morto pela guerrilheira Rosinha, codinome de Maria Célia Corrêa, no dia 5 de março de 1974. A versão não faz sentido".



JOSÉ HUBERTO BRONCA (1934–1974)

Número do processo: 071/96

Filiação: Ermelinda Mazzaferro Bronca e Huberto Atteo Bronca

Data e local de nascimento: 08/09/1934, Porto Alegre (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13/03/1974

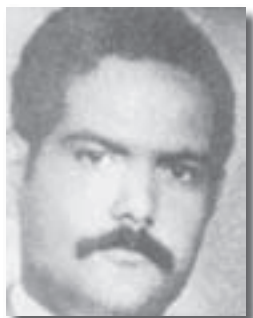
Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido em Porto Alegre e sem a letra m na grafia de seu nome, por influência do italiano de seus pais, José Huberto era um desportista. Dedicou-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo conquistado medalhas nesta última modalidade. Desempenhou várias atividades profissionais, chegando a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo. Fez o primário na escola do Rosário e o curso de mecânica de máquinas na Escola Técnica de Parobé. Formou-se em mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na VARIG durante muitos anos. Sua militância política é anterior a abril de 1964. Após o Golpe de Estado, já integrado ao PCdoB, foi para o exterior, permanecendo durante algum tempo na China, onde teria recebido treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Em 1966, voltou ao Brasil e passou a atuar na clandestinidade, no Rio de Janeiro. Vivia num pequeno quarto em São João de Meriti.

Chegou ao Araguaia em meados de 1969. Foi vice-comandante do Destacamento B, sendo conhecido como Zequinha ou Fogoió, até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da guarda. No dia de Natal de 1973, estava no acampamento atacado pelo Exército. Consta em certidão enviada pela ABIN à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que, em maio de 1972, "*pediu emprego em uma fazenda de nome Suiá Missu, mas como não conseguiu uma vaga, se deslocou para São Félix do Araguaia e de lá para Santa Terezinha. Era guerrilheiro ligado ao PCdoB, em Xambioá/PA*". O Relatório do Ministério da Marinha registra que Bronca foi "*morto em 13 de março de 1974*".

Segundo o relatório de viagem à região do Araguaia, de Dower Moraes Cavalcante, apresentado à Comissão Justiça e Paz, em 10/12/91: "*Na grande maioria das vezes, os soldados, após os combates, resgatavam os corpos para as bases de Xambioá ou São Geraldo. Outras vezes, enterravam os guerrilheiros mortos no próprio local do combate, depois de fotografá-los, levando apenas a cabeça para proceder à identificação. Desta forma, há guerrilheiros que foram sepultados, ou deixados insepultos, nas áreas de Bacaba, Metade, Gameleira e Caianos. É o caso de Zequinha que, acompanhado de Daniel Calado e José Huberto Bronca, caiu numa emboscada na área de Formiga. 'Zequinha' morreu, e foi enterrado lá mesmo.(...)*".

O jornalista Elio Gaspari escreve em *A Ditadura Escancarada*: "*Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió (José Humberto Bronca), o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acerrou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: 'Doutor, não vai me matar'. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquitos e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Humberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: 'Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió'. Segundo o registro da Marinha, ele morreu no dia 13 de março de 1974*".



DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945–1973)

Número do processo: 130/96

Filiação: Francisca das Chagas Pereira e Carlos Gentil Pereira

Data e local de nascimento: 16/02/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 28/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95